



Desenvolvimento Local e Participação do Leitor no Jornalismo *Online*: os Casos do Jornal do Brasil e do Portal G1¹

Ricardo Gomes COSTA FILHO²

Lilian Cristina Monteiro FRANÇA³

Alysson Prado dos SANTOS⁴

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE

RESUMO

O campo potencial da interatividade na Internet abre caminhos para diversas aplicações e usos sociais do jornalismo. Pressupondo, através dos conceitos de redes e capital social, que existe possibilidade de desenvolvimento local a partir de ambientes participativos em jornais *online*, este artigo busca analisar as seções “VC no G1”, do portal G1, e “Leitor Repórter” do Jornal do Brasil. Buscou-se, assim, explorar o desempenho dos dois sites a partir da observação das contribuições neles publicadas no mês de junho de 2010, o que resultou em uma classificação dos conteúdos disponíveis e numa breve análise deles. O processo de categorização levou em conta o foco, nos textos, de questões de bem-estar local, economia, relações socioculturais e ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo *online*, participação do leitor, desenvolvimento local

1. INTRODUÇÃO

Este artigo deriva dos trabalhos realizados pelos autores no projeto de iniciação científica “O Jornalismo *Online* Como Vetor de Desenvolvimento: o Caso da Participação do Leitor na Construção do Texto Noticioso”, desenvolvido entre agosto de 2009 e julho de 2010 na Universidade Federal de Sergipe. Seu objetivo é trazer as reflexões e conclusões parciais do estudo das seções participativas de dois dos jornais

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Graduando do 7º período em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Sergipe, e-mail: rgcfilho@hotmail.com. Bolsista Copes/UFS.

³ Orientadora do trabalho. Professora do Departamento de Comunicação Social da UFS, email: lilianfranc@uol.com.br.

⁴ Graduando do 7º período em Comunicação Social com habilitação em Radialismo pela Universidade Federal de Sergipe, e-mail: alyprasantos@yahoo.com.br. Bolsista CNPq.



analisados na pesquisa – a saber, a versão *online* do Jornal do Brasil⁵ (JB) e o portal de notícias G1⁶.

A investigação levou em conta primordialmente as novas possibilidades de maior interatividade e inserção do leitor na construção de peças noticiosas e no trabalho jornalístico em geral, presentes hoje nas formas que emanam em grande parte da Internet. Tal fenômeno é tão visível quanto é perceptível a grande e atual discussão existente a respeito de blogs, notícias comentadas, fóruns, experiências de jornais ditos *open source*, Twitter, entre outros.

Nesse panorama, acrescentam-se questões a respeito das possibilidades de *desenvolvimento local* que são capazes de se desprender das ações dos indivíduos nos processos de interação criados em espaços como os citados acima, em situações que envolvem o jornalismo. De maneira simplificada, podemos dizer que parte-se aqui da hipótese de que os ambientes de participação constituem-se em locais propícios a criação de discussões e lançamentos de idéias que podem funcionar na construção do bem-estar de uma comunidade localizada materialmente, como as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Por questões de foco e espaço, limitou-se este artigo a observação do desempenho dos usuários interagentes⁷. Compreendemos que o jornalista “profissional” assume potencialmente papéis importantes de mediação de participação e de – supõe-se – reprodução privilegiada de participações com conteúdos que envolvem promoção de desenvolvimento. Da mesma forma, está claro que as relações em questão precisam ser estudadas de forma abrangente, contemplando-se suas várias partes atuantes. Por ora, entretanto, a própria natureza deste trabalho exige um recorte.

Assim, serão apresentadas aqui uma análise das seções “Leitor Repórter”⁸, do JB, e “VC no G1”⁹, do G1, a partir de contribuições de interagentes disponibilizadas no mês de junho de 2010. Antes disso, entretanto, segue um esclarecimento sucinto de alguns conceitos essenciais sobre jornalismo *online*, participação e desenvolvimento local.

⁵ Jornal do Brasil: < <http://jbonline.terra.com.br/>>. Acesso em 13 de julho de 2010.

⁶ G1: < <http://g1.globo.com/>>. Acesso em 13 de julho de 2010.

⁷ Para uma diferenciação entre *usuário* e *interagente*, v. Primo e Träsel (2006). Em se tratando de situações de participação ativa, os autores preferem o termo interagente em detrimento de usuário, mais associado ao consumidor de produtos de software e hardware.

⁸ Disponível em < <http://app.jb.com.br/leitorreporter/>>. Acesso em 13 de julho de 2010.

⁹ Disponível em < <http://g1.globo.com/vc-no-g1/>>. Acesso em 13 de julho de 2010.



2. JORNALISMO ONLINE E PARTICIPAÇÃO DO LEITOR

Utilizando a classificação proposta por Mielniczuk (2003), preferiu-se aqui, ao menos como indicação provisória, o termo *jornalismo online* para designar o que pode ser descrito, num nível menos específico, de trabalho jornalístico “utilizando tecnologias de transmissão de dados em tempo real” (MIELNICZUK, 2003, p. 4). A terminologia a respeito da atividade – se é que este é um termo adequado – ainda é bastante confusa na prática, no sentido em que diversos autores utilizam diversas nomenclaturas. A escolha veio pelo receio de limitar as possibilidades do tipo de jornalismo participativo a ser descrito aqui em *webjornalismo*, que se restringe às experiências localizadas na *web*.

Ajustada essa definição, cabe agora seguir com um breve comentário a respeito das já tão conhecidas “fases” do jornalismo desenvolvido na Internet, apenas para que se possa comentar a respeito dos elementos necessários ao tema em questão. Mielniczuk (2003, p. 6) observa que essa divisão pretensamente histórica não pode ser encarada de forma determinada, já que não se trata de uma descrição de todo rigidamente sistemática, sendo inclusive possível haver tanto publicações que hoje sejam localizadas em gerações distintas como uma mesma que apresente características de mais de uma geração.

A autora fala, assim, em três “momentos” do jornalismo feito para a *web*: no primeiro, há basicamente apenas a cópia de conteúdos do meio impresso para a Internet. No segundo, as potencialidades da rede já começam a ser mais “bem” exploradas – para o nosso estudo sobre a participação, basta informar que “o e-mail passa a ser utilizado como uma possibilidade de comunicação entre jornalista e leitor ou entre os leitores, através de fóruns de debates”, e que a produção noticiosa começa a utilizar o hipertexto como recurso (MIELNICZUK, 2003, p. 9). Finalmente, na terceira geração, o emprego das possibilidades se aprofunda, inclusive no que diz respeito ao uso de soluções interativas e na “utilização do hipertexto não apenas como um recurso de organização das informações da edição, mas também como uma possibilidade na narrativa jornalística de fatos”.

Com isso, fica claro de pronto que o andar do jornalismo na web foi no caminho da exploração de qualidades relacionadas à interatividade, à relativa aproximação com o leitor e à produção de peças de leitura hipertextual – dentre outras, obviamente. De algo não muito diferente do jornal “comum”, o jornal digitalizado, ao menos



aparencialmente ou formalmente, colocava-se de maneira progressiva como algo mais “livre”, mais apto a receber vozes de fora da redação, e, assim, como um produto diferenciado dos outros. Por essa mesma via também pode influir a *convergência*, em que “As fronteiras formais e materiais entre os suportes e as linguagens são dissolvidas e as notícias são compostas das mais diversas fontes” (BECKER & TEIXEIRA, 2009, p. 232).

Autores como Palacios (2002) e Bardoel e Deuze (2001) procuram sistematizar características que discriminem mais precisamente o jornalismo *online*. Bardoel e Deuze (2001, p. 5) citam quatro categorias que funcionam nesse sentido: *interactivity*, *customisation of content*, *hypertextuality* e *multimediality* – note-se que as três primeiras têm diretamente algum nível de apelo participativo. De fato, os autores descrevem *interactivity* como algo de importância destacada, comentando que

The key to understanding this is to see interactivity as a purely audience-related feature. It has not so much to do with the speed of news and journalistic activity - although it does facilitate fast work - but with the fact that online news has the potential to make the reader/user part of the news experience (BARDOEL & DEUZE, 2001, p. 5).

Avançando ainda sobre os as implicações dessas características, os autores afirmam que elas refletem a transformação das relações entre público e jornalistas, com apelo especial às seções de interatividade e customização, fortificadas no jornalismo *online*. Aprofundando de certa forma esse pensamento com uma observação sobre o estado diferenciado de oferta de informação depois da disseminação da *web*, chegam a dizer que “since the scarcity of the offering has turned into abundance people can make a choice, for journalistic selection and scope or for other information intermediaries. This [...] shows that the power relation is shifting” (BARDOEL & DEUZE, 2001, p. 9).

Palacios (2002), por sua vez, retomando as características dos mesmos Bardoel e Deuze, aponta seis pontos que, segundo ele, são em geral menos “rupturas” do que “continuidades” e “potencializações” de características presentes anteriormente em outros meios. São eles: *multimedialidade/convergência*, *interactividade*, *personalização*, *memória* e *instantaneidade/actualização contínua* do conteúdo, estes dois últimos ainda não sinalizados naqueles autores. É importante frisar que a *actualização contínua* é um fator potencialmente estimulante de participação, já que exige grande fluxo de conteúdo.



Partindo para os estudos que se detêm propriamente na participação no jornalismo *online*, cabem aqui a descrição de Primo e Träsel (2006) sobre quatro pontos importantes que provavelmente estão relacionados com desenvolvimento da participação. São eles: 1) “maior acesso à internet e interfaces simplificadas para publicação e cooperação online”; 2) “popularização e miniaturização de câmeras digitais e celulares”; 3) “a ‘filosofia *hacker*’ como espírito de época”; e 4) “insatisfação com os veículos jornalísticos e a herança da imprensa alternativa” (PRIMO & TRÄSEL, 2006, p. 3).

Definindo finalmente o que chamam de webjornalismo participativo como “práticas desenvolvidas em seções ou na totalidade de um periódico noticioso na Web, onde a fronteira entre produção e leitura de notícias não pode ser claramente demarcada ou não existe” (PRIMO & TRÄSEL, 2006, p. 10), os dois autores percorrem ainda três pontos importantes de serem descritos aqui. O primeiro diz respeito à noção de *gatewatching* em contraposição à de *gatekeeping*: basicamente, essa idéia está relacionada ao fato de haver um grande fluxo de informações disponível hoje e uma enorme capacidade de armazenar essa quantidade de dados na *web*. Tal fato transformaria o *gatekeeper*, acostumado ao descarte, à lógica dos meios em que há limite de espaço, em *gatewatcher* – figura personificada, por exemplo, na figura do “blogueiro”. A partir dessa mudança, surge a idéia de que a participação vem para cuidar de um espaço não coberto pela grande mídia, por exemplo (PRIMO & TRÄSEL, 2006).

O segundo é uma diferenciação entre “interação reativa” e “interação mútua”. A interação reativa é um “processo interativo [...] cujas trocas encontram-se pré determinadas no par ação-reação”. É o caso da enquete, por exemplo. A interação mútua, por sua vez, trata-se de algo “negociado entre os participantes”, em que todas as relações e resultados sofrem impactos dos atos dos integrantes envolvidos (PRIMO & TRÄSEL, 2006, p. 9).

Por fim, os autores se estendem ainda num conjunto de três conceituações importantes sobre o hipertexto: a de hipertexto potencial (ligada à noção da leitura como ato potencialmente participativo) a de hipertexto cooperativo (“todos os envolvidos compartilham a invenção do texto comum, à medida que exercem e recebem impacto do grupo, do relacionamento que constroem e do próprio produto criativo em andamento”) e a de hipertexto colagem (“atividade de escrita coletiva, mas demanda mais um trabalho de administração e reunião das partes criadas em separado do que um processo



de debate e invenção cooperada”. Pode haver, aqui, um grupo ou indivíduo gerenciador de conteúdos) (PRIMO & TRÄSEL, 2006, p. 12).

Pode-se ainda fazer menção a Träsel (2007) para trazer uma conceituação fundamental que ilustre a idéia da possibilidade de desenvolvimento (no caso do trabalho de Träsel, a respeito do uso de valores do jornalismo) a partir de contribuições em ambientes jornalísticos de participação *online*. Trata-se de uma diferenciação entre tipos de contribuição colocada em termos de: a) contribuições pluralizantes, definida pelo autor como o caso das “intervenções que ampliam os aspectos jornalísticos dos textos iniciais a que se referem, resultando em uma multiplicação das perspectivas”; b) contribuição formais/disruptivas, como aquelas centradas em correções de desvios ortográficos, etc; e c) contribuições outras, para os casos restantes (TRÄSEL, 2007, pp. 13-14).

3. DESENVOLVIMENTO LOCAL E PARTICIPAÇÃO

Passando finalmente para a bibliografia referente ao desenvolvimento local, foi visto, através de Petitinga (s.d., p. 1), que *desenvolvimento* é um conceito de tratamento controverso, “criticado e renovado por muitos autores ao longo dos anos”. Boa parte das censuras decorre do tom de evolucionismo social que a palavra carrega. Petitinga pondera sobre o fato de o desenvolvimento ser compreendido muitas vezes como uma equiparação a determinadas situações econômicas, sociais, etc., de uma área geográfica a outra, coisa que atizaria criticismos. Para ela, se as realidades locais têm “implicações peculiares” (PETITINGA, s.d., p.1), o desenvolvimento das localidades deve ser entendido da mesma forma, não necessariamente se atendo nisso à esfera econômica, mas formulando um tripé com as esferas social e ambiental.

Para Martins (2002), a atribuição não só de benefícios, mas de uma qualidade de sujeito ativo e participante ao homem é uma conjectura óbvia a ser inserida no pensamento sobre desenvolvimento, especialmente o localizado. Assim, o desenvolvimento local brota numa dinâmica onde já não basta uma relação com retornos materiais, tecnológicos e pessoais, se tornando acima de tudo algo vindo do empreendimento compartilhado de uma comunidade, numa busca por condições de qualidade de vida. As ideias-chave aqui passam por termos como bem-estar social, “cidadania, [...] identificação sociocultural e territorial e do sentido de vizinhança” (MARTINS, 2002, p. 52). A partir daí ficam já evidentes as relações existentes entre



participação, localidade e desenvolvimento, e uma possibilidade muito clara da extensão disso a ambientes como o do jornalismo.

A respeito da questão da territorialidade, Albagli e Maciel (2004) a entendem como uma noção que evidencia ligações entre o espaço e a esfera sociocultural. Fala-se aí, então, não só de um sentimento de *pertencimento* como de algo pleno vivências em dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas (ALBAGLI & MACIEL, 2004, p. 12). Por seu turno, Martins (2002, p. 54) afirma que, ao se falar de *local*, “está-se referindo à escala das inter-relações pessoais da vida cotidiana, que sobre uma base territorial constroem sua identidade”. Nesse sentido, o local fica balizado em relações próximas e interativas de indivíduos de uma comunidade material e simbolicamente identificada, e que constroem, no cotidiano, experiências potencialmente inovadoras, solidárias e capazes de refletir sobre os problemas presentes nesse local.

De fato, Santos (apud MARTINS, 2002, p. 55) chega a alegar, nesse nível, que “o cidadão é o indivíduo num lugar”. E, não dissociando nunca o dia-a-dia da localidade, o mesmo Martins de acima também liga espaço às possibilidades da ação: “O espaço cotidiano (o entorno) aparece como um campo de possibilidades onde se dá a ‘prática social’, por sua vez correspondente a uma prática espacial” (MARTINS, 2002, p. 56) – ou seja, viver no cotidiano de um lugar é ver-se em ações sempre sujeitas a um meio social e a um meio local que suscita possibilidades. Por fim, o autor comenta a questão da associação do indivíduo a uma localidade através de uma ótica sistêmica: a sobrevivência de um “sistema vivo” depende de seu agregamento e interatividade no ambiente (MARTINS, 2002).

Mais dois conceitos são fundamentais para entender o desenvolvimento local: o conceito de *redes* e o conceito de *capital social*. Martins (2002) considera o capital social uma noção intrincada e cercada de imprecisões – por isso, nos ateremos aqui principalmente ao que claramente contribui para o ajustamento das considerações necessárias a este trabalho.

Segundo Albagli e Maciel (2004), trata-se o capital social de uma visão que pressupõe os atores econômicos não como coisas isoladas, mas como elementos adentrados no espectro das relações sociais. De acordo com elas, a definição da expressão pode ser dada como “conjunto de instituições formais e informais, normas sociais, hábitos e costumes que afetam os níveis de confiança, solidariedade e cooperação em um grupo ou sistema social” e que propicia, por exemplo, uma “maior facilidade de compartilhamento de informações e conhecimentos” (ALBAGLI &



MACIEL, 2004, p. 12). Assim, o capital social está conectado à geração e apreensão de conhecimentos e informações via interação, tornando mais fáceis os trabalhos em grupo, tornando efetivas as ações comunais.

Marteleteo e Silva (2004, p. 44) definem capital social de maneira semelhante a Albagli e Maciel (2004): são “normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais”, afetando o bem-estar desses grupos. De fato, para os autores, as relações sociais de que participam os indivíduos se inclui no *capital* social que, como tal, funciona como apoio ao desenvolvimento (MARTELETO & SILVA, 2004).

Nem toda externalização do capital social é positiva – mas há evidências, sim, de suas potencialidades relacionadas ao desenvolvimento e à redução de pobreza, por exemplo (MARTELETO & SILVA, 2004). Nesse nível, Marteleteo e Silva (2004) se valem do conceito de redes, muito associado ao de capital social: “As redes são sistemas compostos por ‘nós’ e conexões entre eles que, nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações etc.) conectados por algum tipo de relação” (MARTELETO & SILVA, 2004, p. 41). De maneira sucinta, pode-se dizer assim que, se a informação é essencial para a formação do conhecimento e da ação que culminam no desenvolvimento, então as mudanças dependem das redes que existem entre as comunidades e indivíduos. Torna-se fundamental, com isso, conhecer esses “canais” de informação e conhecimento em sentido de recurso favorável ao desenvolvimento e à inclusão.

Tendo em mente esses elementos, e entendendo como todos se interligam na idéia do desenvolvimento local através da participação específica em espaços *online* de jornalismo, resta agora partir para as verificações realizadas a respeito do desempenho dessas participações em exemplos concretos.

4. O CASO DO JORNAL DO BRASIL E DO G1

A seção “VC no G1” funciona como um pequeno portal dentro do próprio G1. Seu objetivo é indexar “matérias” produzidas pelos leitores do jornal. Os conteúdos são difundidos na forma de denúncia ou relatos de fatos, quase sempre representados por fotos, vídeos e notas que ganham aspectos de noticiabilidade. A noticiabilidade (*newsworthness*) é um “conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico”, isto é, que conferem a algo um valor como notícia



(TRAQUINA, 2005, p. 63). No site, o convite à participação faz um duplo apelo a formas jornalísticas: “Mande sua reportagem para o G1 e seja um jornalista cidadão”. A pretensa cidadania aí evocada, observa-se, já denota um sentido de desenvolvimento.

De uma forma geral, as chamadas costumam fazer referência à participação do leitor, chamado às vezes de “internauta”. O local também é enfatizado em alguns momentos: no dia 15 de julho de 2010, o site pedia aos interagentes fotos de suas cidades.



Página do “VC no G1” recolhida em 16 de julho de 2010

No que toca aos conteúdos, foram encontrados, de fato, tanto contribuições “pluralizantes”, que levavam em conta fatores relacionados no tópico anterior – bem-estar, temas econômicos, socioculturais, ambientais –, como também contribuições consideradas pouco relevantes. Um exemplo do primeiro caso seria a matéria “Buraco atrapalha rua no bairro do Sacomã, em São Paulo”, enviada pela leitora Debora Rodrigues¹⁰. Por sua vez, podemos exemplificar o segundo tipo de participação em seções como o “VC Sósia”, em que são catalogadas, por exemplo, fotos de leitores que se acham semelhantes fisicamente a participantes de um *reality show* da Rede Globo¹¹.

¹⁰ Disponível em: <<http://g1.globo.com/vc-no-g1/noticia/2010/07/buraco-atrapalha-rua-no-bairro-do-sacoma-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: 16 de julho de 2010.

¹¹ V. <<http://g1.globo.com/Noticias/0,,GF54218-7084,00-LEITORES+SE+CONSIDERAM+SOSIAS+DE+PARTICIPANTES+DO+BBB.html>>. Acesso em: 16 de julho de 2010.



Levando em consideração esses pontos, foi realizada uma sistematização das peças colocadas na página durante todo o mês de junho de 2010. Os conteúdos que, conforme sinalizado acima, não estavam associados ao desenvolvimento foram classificados como “Outros conteúdos”. Segue a tabela:

TOTAL DE CONTEÚDOS DIVULGADOS NO “VC NO G1” EM JUNHO/2010	45
CONTEÚDOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO RIO DE JANEIRO	10
CONTEÚDOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM SÃO PAULO	5
CONTEÚDO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM OUTROS ESTADOS DO BRASIL	4
CONTEÚDO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM OUTROS PAÍSES	-
OUTROS CONTEÚDOS	26

No caso do Jornal do Brasil, foi utilizada a seção “Leitor Repórter”, cujo título também já deixa clara uma anunciação das possibilidades de participação e desenvolvimento através do jornalismo. Como o “VC no G1”, aqui também foi encontrado um anúncio fundado no jornalismo e em uma idéia de cidadania: “Faça seu papel de cidadão, envie sua reportagem!”.

A página do JB, entretanto, parece sofrer menor formalização que a do G1, e muitas vezes a “reportagem” é uma foto legendada, um comentário, um reclame. A própria logomarca da seção, um balão de fala de quadrinho, dá um tom aberto de debate, discussão, exposição de opiniões.

Os tipos encontrados, assim, foram mais variados e, para conseguir um melhor efeito comparativo com o “VC no G1”, algumas concessões foram feitas na classificação. Quando havia no texto características de desenvolvimento local, por exemplo, ele era classificado prontamente nessa categoria, mesmo quando elementos de outros tipos se faziam presentes. Para os conteúdos de desenvolvimento totalmente generalizantes ou relativos ao Brasil como nação, utilizou-se uma entrada específica. Manteve-se a classificação de conteúdos de



desenvolvimento em outros países – mas apenas os de tipo não-local. Textos que envolviam comparações entre o Brasil e outros países foram entendidos como de escopo internacional. A categoria “Outros conteúdos” foi mantida. exemplo, fotos de leitores que se acham semelhantes fisicamente a participantes de um.



Página do “Leitor Repórter” capturada em 16 de julho de 2010

TOTAL DE CONTEÚDOS DIVULGADOS NO “LEITOR REPÓRTER” EM JUNHO/2010	109¹²
CONTEÚDOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO RIO DE JANEIRO	48
CONTEÚDOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM OUTROS ESTADOS DO BRASIL	3
CONTEÚDOS DE DESENVOLVIMENTO NÃO-LOCAL DE FORMA GERAL OU NO BRASIL	33
CONTEÚDOS DE DESENVOLVIMENTO NÃO-LOCAL EM OUTROS PAÍSES	12
OUTROS CONTEÚDOS	13

¹² Não foram contabilizadas entradas por qualquer motivo duplicadas.

Como pode ser visto, o número de contribuições no “Leitor Repórter” foi maior que o dobro das do “VC no G1”. Diversos fatores poderiam explicar tal diferença em um estudo mais aprofundado, mas aqui indicamos apenas o caráter menos formalizante da seção do Jornal do Brasil como possível agente de influência. Os conteúdos de desenvolvimento local no ambiente mais comumente associado às duas publicações – o Rio de Janeiro – também foram mais recorrentes no Jornal do Brasil que no G1, inclusive proporcionalmente. Isso talvez aponte o JB como um agregador local *de algum modo* mais forte do que o portal de notícias da Globo – o que também elucidaria porque o “VC no G1” tem mais contribuições de desenvolvimento local de outros estados que o “Leitor Repórter”.

Os conteúdos de desenvolvimento não-local de forma geral – ou seja, que não se refere a lugar nenhum, deixando sua aplicabilidade mais próxima à nação materna ou ao mundo – ou no Brasil representaram 30,2% do que foi publicado na seção de participação do Jornal do Brasil. Consideramos, na observação, que essa categoria estava associada a textos mais analíticos e opinativos, coisa que esclareceria o porquê da ausência desse tipo de entrada no G1 e sua grande presença no JB. Algo semelhante poderia explicar o número de conteúdos de desenvolvimento não local em outros países.

Por fim, pode ser verificado também que os conteúdos não relacionados ao desenvolvimento foram não só muito maiores no “VC no G1” que no “Leitor Repórter”, como constituíram a maior parte do primeiro. O que se pode ora apontar como explicação aqui se limita a um certo incentivo percebido na própria página em questão ao envio de material sobre os temas classificados em tal categoria, como no caso já citado do “VC Sósia”.

5. CONCLUSÕES

A abertura interativa do jornalismo, aprofundada nos últimos anos pelas dinâmicas introduzidas pela Internet, configura um interessante meio de gerar desenvolvimento local por meio da participação. Os dados obtidos aqui, longe de serem terminais, apenas apontam na confirmação desse caminho: afinal, este é ainda um ambiente algo indefinido, propício a transformações que devem sempre ser levadas em consideração.



É preciso comentar também que o jornalismo participativo *online* pode não ter como objetivo principal ser um vetor de desenvolvimento: outras funções não só podem ser a ele atribuídas, mas também ser colocadas como motes principais de sua operacionalização. De forma especulativa, podemos citar aqui, por exemplo, possíveis motivações organizacionais como manutenção de público, criação de afetividades entre internauta e empresa jornalística, etc. É preciso, em trabalhos futuros, passar a problematizar mais por esse viés o estudo da participação do leitor.

Parece ficar claro, entretanto, que a estrutura das páginas participativas, assim como a proposta das equipes que as gerenciam, pode exercer papel fundamental sobre os tipos de participação que surgem em experiências como o “Leitor Repórter” e “VC no G1”. Fica aqui, portanto, registrada a necessidade de estudos mais densos que investiguem a questão nesse sentido específico.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. **Ci. Inf.**, set./dez. 2004, v. 33, n. 3, p. 9-16. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/587/533>>. Acesso em: 15 de julho de 2010.

BARDOEL, Jo; DEUZE, Mark. (2001). Network Journalism: Converging Competences of Media Professionals and Professionalism. In: **Australian Journalism Review** 23 (2), pp. 91-103. Disponível em: <<https://scholarworks.iu.edu/dspace/bitstream/handle/2022/3201/BardoelDeUze+NetworkJournalism+2001.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 13 de julho de 2010.

BECKER, Beatriz; TEIXEIRA, Juliana. Narrativas jornalísticas audiovisuais: um estudo dos efeitos da convergência no JN e no UOL. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p.232-246, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.google.com/url?sa=t&source=web&cd=1&ved=0CBQQFjAA&url=http%3A%2F%2Frevistas.pucsp.br%2Findex.php%2Fgalaxia%2Farticle%2Fdownload%2F2686%2F1733&ei=i1BBTOS9AomCuAee1O1f&usq=AFQjCNED3zOauFSut-4Neagr4nRuMRj6sw>>. Acesso em: 16 de julho de 2010.

MARTELETO, Regina. M.; SILVA, Antônio B. O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ci. Inf. Brasília**, v. 33, n. 3, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a06v33n3.pdf>>. Acesso em: 15 de julho de 2010.



MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Interações**. Campo Grande, v. 3, n. 5, pp. 51-59, set. 2002. Disponível em: <http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n5_serpio_martins.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2010.

MIELNICZUK, Luciana. Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na Web. In: MACHADO, Elias, PALACIOS, Marcos. **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: Calandra, 2003. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/estudos2003.htm>>. Acesso em: 13 de julho de 2010.

PALACIOS, Marcos. **Jornalismo Online, Informação e Memória**: Notas para discussão. Workshop de Jornalismo Online, Universidade da Beira Interior, Covilhã, junho de 2002. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2002_palacios_informacaomemoria.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2010.

PETITINGA, Carolina Santos. (s.d.). **Desenvolvimento local**. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/DESENVOLVIMENTOLOCAL.pdf>>. Acesso em: 14 de julho de 2010.

PRIMO, A.; TRÄSEL, Marcelo. Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias. In: **VIII Congresso Latino-americano de Pesquisadores da Comunicação**, 2006, São Leopoldo. Anais, 2006. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/webjornal.pdf>> Acesso em: 13 de julho de 2010.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, vol. II, 2005.

TRÄSEL, Marcelo. A participação do público no Wikinews e no Kuro5hin. In: **E-Compós** (Brasília), v. 9, 2007. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/161/162>>. Acesso em 13 de julho de 2010.